



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8133

Presidente da Mesa Diretora: Valcir Soares da Silva

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Rita Cristina de Souza Vieira

Data: 06/11/2012

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 135/2012. Concede o título declaratório de utilidade pública municipal à “Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Jardim Liberdade”. (Referente à Lei nº 4.565, de 23/11/2012).

Controle Interno – Caixa: 25.11

Posição: 04

Número de folhas: 05

Especie: PL
Categoria: Utilidade pública
Ex: 2531
Ordem: 04
nº PL: 29



98/2012

22.12.2012

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 135/2012

AUTOR:

Ver. Rita Cristina Souza Vieira

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a
Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Jardim Liberdade.

MOVIMENTO

Entrada em 06/11/2012
Comissão de Legislação e Justiça.

- 1 - _____
- 2 - APROVADO EM REGIME DE UR
- 3 - GÊNCIA EM 22-11-2012
- 4 - _____
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Vereadora Rita Vieira

Projeto de Lei n.º 135 2.012.

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública.

*A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprova, e eu
Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei;*

Artigo 1º - Fica considerado de Utilidade Pública Municipal a entidade Civil Legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de “**Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Jardim Liberdade**” - Montes Claros/MG, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.129.613/0001-75 com sede na **Rua Lino Coutinho, 84 – Bairro Jardim Liberdade - Montes Claros - Minas Gerais.**

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 25 de outubro de 2012..


RITA VIEIRA
Vereadora

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
25/10/2012	
HORA: 14:33	
ASS: 	

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 06 DE NOVEMBRO DE 2012

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
ÚNICA
EM 22 DE NOVEMBRO DE 2012
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 22 DE NOVEMBRO DE 2012
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 135/2012 QUE “CONCEDE TÍTULO DECLARATÓRIO DE UTILIDADE PÚBLICA”, DE AUTORIA DA VEREADORA RITA VIEIRA.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 06 de novembro de 2012.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 135/2012

AUTOR: Ver. Rita Cristina Souza Vieira

MATÉRIA: “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Jardim Liberdade.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 06/11/2012, com entrada na Sala das Comissões no dia 07/11/2012.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo declarar de utilidade pública municipal à **Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Jardim Liberdade.**

Examinando a legalidade e constitucionalidade do referido projeto, esta Comissão verifica que o mesmo não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais, tendo em vista que foram juntados os documentos previstos em lei para a concessão do referido título.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 09 de novembro de 2012

Presidente: Ver. Antônio Silveira de Sá: A. Silva

Vice- Presidente: Ver. Athos Mameluque Mota: _____

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus: Cláudio